

Ministros militares não aceitam anistia

Os ministros Leônidas Pires Gonçalves (Exército), Henrique Sabóia (Marinha), Moreira Lima (Aeronáutica) e Ivan de Souza Mendes (SNI), reunidos ontem em Brasília avaliaram os temas constitucionais, atualmente em debate na Comissão de Sistematização, de interesse das Forças Armadas, destacando-se o papel dos militares na nova Carta Magna do País, que consideraram aceitável do ponto de vista militar.

Quando à parte relativa ao anteprojeto de nova anistia ampla, geral e irrestrita, já aprovado em duas comissões temáticas, beneficiando militares e civis punidos por atos administrativos (com expulsão, transferência para a reserva e perda de patente ou posto), os chefes militares, por unanimidade, resolveram não aceitar, considerando seu conteúdo altamente prejudicial aos interesses militares e às tradições das Forças Armadas. A primeira medida a ser tomada em relação ao problema é o encaminhamento de um documento aos constituintes mostrando a inaceitabilidade de nova anistia.

CONFIANÇA

Para o ministro Leônidas Pires Gonçalves, as Forças Armadas vão apresentar argumentos seguros e convincentes aos constituintes mostrando a inaceitabilidade da nova anistia, e confia na consciência dos representantes da sociedade à não aprovação do documento. Ainda segundo Leônidas, que recebeu a imprensa à saída do Ministério da Aeronáutica, trajando o novo uniforme adotado no Exército (objeto de reclamação por parte de militares de baixa renda obrigados à indenização do uniforme), o texto ora em debate da anistia contraria uma emenda constitucional (nº 26 de 1985) que anistia cerca de 1.900 militares, com promoção aos postos imediatos de suas carreiras.

As novas medidas, se aprovadas — segundo o ti-



Os ministros militares deixam o Ministério da Aeronáutica, após a reunião

tular do Exército — chocam-se com os dispositivos legais em vigor e afrontam os bons princípios éticos castrenses, no caso do retorno de militares punidos por atos desabonadores da conduta militar. A volta desses militares às fileiras das Forças Armadas, depois de mais de duas décadas ausentes do serviço ativo, é injusta inclusive prejudicando aos que continuaram em atividade e passaram à reserva com base na lei, interrompendo uma carreira dedicada aos interesses militares — argumentou o ministro.

O ministro Moreira Lima, que presidiu a reunião em seu Gabinete, afirmou à imprensa que a anistia já foi aplicada e não justifica novas alterações na sua essência, discutida e aprovada pelos deputados e senadores. A emenda 26/85, é abrangente e está sendo respeitada em toda sua plenitude. A aprovação da nova anistia, segundo destacou, abre um precedente temerário, dando oportunidade ao retorno de cerca de 500 mil soldados que foram dispensados por atos administrativos.

Esse contingente é formado pelo pessoal que cumpre o serviço militar

obrigatório temporário. Indagado sobre qual a posição dos militares, caso a Assembleia Nacional Constituinte aprove essa anistia, afirmou que não se aventura a declarações partindo de um julgamento.

PONTOS REPUGNADOS

“Os ministros militares, depois de analisarem relatórios de suas assessorias sobre a nova anistia, repudiam os seguintes textos contidos no Art. 49 do anteprojeto: “E concedida a anistia ampla, geral e irrestrita a todos que, no período compreendido entre dois de setembro de 1961 a 1º de fevereiro de 1987, foram punidos, em decorrência de motivação política, por qualquer diploma legal, atos de exceção, atos institucionais, atos complementares ou sanção disciplinar imposta em virtude de ato administrativo”.

Parágrafo 1º (Art. 49): A anistia de que trata este artigo garante aos anistiados civis e militares a reintegração ao serviço ativo, recebimento dos vencimentos, salários, vantagens e gratificações atrasadas, com seus valores corrigidos, a contar da data da pu-

nição, promoções e cargos, postos, graduações ou funções de carreira de cada um ao maior grau hierárquico, computando-se o tempo de afastamento como de efetivo serviço, para todos os efeitos legais.

Parágrafo 2º (Art. 49): Os direitos estabelecidos neste artigo ficam igualmente assegurados aos abrangidos pelo decreto legislativo número 18, de 15 de dezembro de 1961, que não reverteram ao serviço ativo, exclusivamente nos casos considerados crimes políticos ou infração disciplinar de mesmo nome, bem como aos que tiveram ações no Poder Judiciário sustadas pelo Decreto nº 864, de 12 de setembro de 1969.

Parágrafo 3º (Art. 49): São consideradas preenchidas todas as exigências dos estatutos e demais leis que regem a vida do servidor civil e militar, da administração direta e indireta, na presunção de que foram amplamente satisfeitas, no que respeita a reintegração, promoções por antiguidade, merecimento, escolha e não prevalecerão quaisquer alegações de prescrição de preterição, decadência ou renúncia de direito”.

Caiado critica Covas e prepara marcha da UDR

INACIO TEIXEIRA/ANGULAR

ALEX SOLNIK Colaborador

São Paulo — “O Mário Covas é um esquerdista de butique!” Foi o que disse, ontem, em São Paulo, o presidente nacional da UDR, Ronaldo Caiado. Ele está começando a convocar os 114 mil associados da entidade — que considera maior do que muitos partidos — e defensores do capitalismo em geral para se reunirem em Brasília no dia 10 de julho, quando será votado o parecer da Comissão de Sistematização sobre a reforma agrária. Caiado não pretende encher apenas a galeria do Congresso.

Caravanas de todo tipo transportarão as “bases” da UDR — como Caiado gosta de chamar — a Brasília, em três aviões, caminhões, ônibus e até cavalos. Está sendo organizado um esquema para alimentar e hospedar a multidão, cujo número ainda é sequer estimado por Caiado, sob alegação de que a mobilização iniciou-se anteontem.

Covas parece ser o vilão favorito da UDR atualmente. “Ele não é líder do PMDB” garante Caiado “mas líder do PC do B, do PCB e do PT”. Caiado também sustenta que Covas “é um dos radicais mais violentos” e que “jogou pesado na Comissão da Reforma Agrária, da qual não desgrudou um instante sequer”.

“O Covas tirou a capa de cordeirinho” inflamou-se Caiado “quando tentou casar com um companheiro de partido, no dia 23 de maio”. Nesse dia, relatou o presidente da UDR, por volta de 1:00 da manhã, Covas tentou cassar o voto do suplente José Mendonça, do PMDB que não quis votar como o titular, Benedito Moreira. “Covas tentou, então, substituir o Zé Mendonça por Antenor de Barros, tentando usar o mesmo instrumento que foi usado contra ele, o AI-5”.

Caiado contou, ainda, que a UDR “tem filhas gravadas de tudo do Covas”, o qual seria o mais perigoso do grupo dos “esquerdistas de butique” formado pelos deputados Roberto Freire, José Genoio, Aldo Arantes e Raquel Capiberibe, entre outros. O objetivo final dos “esquerdistas de butique” seria instalar “a convulsão nacional, o caos”.

Numa coisa, porém, Caiado concorda com “os esquerdistas de butique”, com Brizola, Lula e até Franco Montoro: o mandato do presidente Sarney deve ser de quatro anos e de-



Caiado: Covas é violento

vem ser convocadas eleições presidenciais em novembro de 88. A UDR ainda não tem candidato a presidente, mas um perfil de como ele deverá ser:

“Um homem com coragem física e moral”, “Aureliano Chaves?” alguém arriscou, mas Caiado desconversou, afirmando que a decisão será tomada quando houver candidatos pra valer aprovados pelas convenções partidárias.

“Sarney se enquadraria nesse perfil de Presidente da República. Poderia ser o nome apoiado pela UDR se fosse o candidato?” perguntou. Caiado sorri, sem nada responder: “Não quero que isso seja a manchete da minha entrevista”. Em seguida responde: “Não, Sarney não é”.

O próximo presidente, diz Caiado “não poderá ter preocupação com Ibope, uma das críticas que faz a Sarney. O governo Sarney, para ele não é legítimo “pois legítimo é só o governo que é escolhido pelo voto direto”.

Nos próximos dias, Caiado deverá iniciar uma maratona nacional de convocação para o dia 10, no esforço para trazer a Brasília mais gente que os sem-terra, que também estão se organizando. Caiado garante, no entanto, que as suas “bases” são formadas por produtores rurais de verdade, enquanto no meio dos sem-terra há verdadeiros profissionais “que recebem Cz\$ 500 por dia para fazer barulho no Congresso”.

Como também seriam profissionais, muitos dos posseiros de terras, que formam uma verdadeira “mafia como a de Chicago”. Esses profissionais, segundo Caiado, reuniram 100 lavradores e ameaçavam os donos de terras: “Ou você me dá ‘x’ em dinheiro ou nós invadimos suas terras”. Graças a denúncias dessas práticas, contou Caiado, essa “mafia de Chicago” foi eliminada.

EUGENIO NOVAES



Ulysses com cartaz contra a divisão da Bahia

Nordestinos pedem o apoio de Ulysses

Ao receber ontem representantes do grupo de 179 constituintes nordestinos que lhe foram cobrar um compromisso da cúpula da Assembleia Nacional Constituinte para solucionar os graves problemas da região Nordeste, o presidente Ulysses Guimarães prometeu se empenhar pela causa. Lembrando que essa questão é uma prioridade a ser decidida pelo presidente Sarney, que também é um nordestino.

Os constituintes cobraram solução urgente para evitar o prolongamento do racionamento de energia, ouvindo do deputado Ulysses Guimarães que ele falará sobre o assunto com o ministro Aureliano Chaves. Prometeu também agir para viabilizar um encontro do grupo com o presidente do Banco Central, a fim de ver o que é possível fazer com relação à revogação da resolução que dava tratamento especial aos juros

agricolas para os nordestinos.

Sobre o plano de redenção econômico-social do Nordeste, como sugeriu o senador Mansueto de Lavoura, certo de que sem isso a região sucumbirá pela miséria e a fome, disse o presidente Ulysses Guimarães que não pode fazer muito além de apoiar, porque o presidente Sarney “é o comandante das forças de terra, mar e ar”, sendo da sua competência definir uma prioridade dessa natureza.

O grupo de nordestinos lembrou que o movimento é suprapartidário, empenhado em conquistar soluções para os graves problemas da região, mas que diante da falta de resultados nos contatos com autoridades e ministros, havia decidido buscar apoio do presidente da Constituinte, a fim de reforçar as teses e talvez conquistar alguma coisa.

Proposta não beneficia crimes comuns

A Federação das Associações de Defesa da Anistia esclareceu ontem, em nota dirigida aos constituintes, que em nenhum momento propôs a concessão de anistia também aos ex-militares punidos por atos de corrupção ou delitos comuns, limitando seu esforço para incluir na nova Constituição a anistia ampla e irrestrita apenas aqueles que tenham sido atingidos por “motivação política”.

O secretário-geral da Federação, Kardec Lemme, alerta os constituintes para

o que considera uma ação destinada a “descaracterizar o conteúdo político” das teses que defende, apresentada pelo noticiário alertando para a hipótese de as Forças Armadas terem que reintegrar e compensar pessoas que foram punidas por atos de corrupção ou delitos comuns.

A nota da Federação das Associações de Defesa da Anistia, na íntegra, é a seguinte:

“O Congresso Nacional é testemunha da forma elevada com que temos conduzido a luta pela anistia am-

pla, geral e irrestrita.

Em nenhum momento defendemos a anistia para corruptos e delinquentes comuns, como assevera determinada imprensa.

Entretanto, nos últimos dias esta acusação tem sido formulada e veiculada, levemente, por determinados jornais, e atribuída a setores das Forças Armadas.

Nesse sentido alertamos os ilustres constituintes que, o que se pretende com essas ações, é descaracterizar o conteúdo político da nossa postulação — só be-

neficiaria aqueles que tivessem sido atingidos por motivação política — e, ao mesmo tempo, intimidar e enfraquecer a independência e soberania da Assembleia Nacional Constituinte.

De nossa parte reafirmamos o compromisso de permanecer ao lado dos que pretendem transformar o País numa democracia estável e justa, sem renunciar ao dever de lutar pelos direitos que nos foram subtraídos nos anos sombrios dos governos autoritários”.

Arquidiocese do Rio colhe assinaturas

Rio — A Arquidiocese do Rio de Janeiro lançou uma campanha para colher assinaturas das 224 comunidades paroquiais do Estado, que serão anexadas às propostas a serem encaminhadas à Constituinte, através da Comissão de Acompanhamento Constitucional, organizada pela CNBB. As arquidioceses de todo o País estão desenvolvendo o mesmo trabalho, com base no documento aprovado pela CNBB durante o encontro dos bispos, realizado ano passado em Itaiçuba.

No Rio, o assessor da Comissão de Apoio à Constituinte da arquidiocese, Tibor Sulic, informou que foram levantadas seis propostas de anistia popular, que definem pontos como a família, educação, direito do trabalhador, direitos individuais, proibição administrativa e direitos humanos do prisioneiro. Há, ainda, uma proposta nacional sob o título “instrumentos de preocupação popular”, que, em linhas gerais, permite às comunidades exigirem a introdução de um complemento da Constituição, após sua elaboração.

No âmbito educacional, a Arquidiocese do Rio propõe o ensino religioso em todos os níveis, inclusive no ensino profissionalizante. O uso capião urbano também é uma proposta da Arquidiocese, que entende que, após dois anos de usufruto da moradia ou terreno, o invasor tem o direito à propriedade. Neste item, segundo informou Tibor Sulic, o documento estabelece que, na data de promulgação da Constituição, todos os favelados passam a ser proprietários do solo que habitam.

A arquidiocese espera colher cerca de 60 mil assinaturas em todo o Estado, até o dia 15 de julho.

Medicina perde de reatores com proibição

O presidente da Sociedade Brasileira de Biologia e Medicina Nuclear, Wirtton Palermo, acredita que o artigo 113 do anteprojeto da Comissão da Ordem Social, que proíbe a instalação de reatores nucleares no País, vai contribuir ainda mais para nosso atraso tecnológico na área médica, bem como vai determinar que o tratamento através de radioisótopos continue beneficiando apenas uma pequena quantidade da população brasileira.

“Nesse artigo, estão previstas apenas as instalações e funcionamentos de reatores nucleares para finalidades científicas. Nós já temos um reator para pesquisas, o do Ipen, que funciona há 25 anos. Ele está sempre trabalhando em sua capacidade máxima e só consegue suprir 40 por cento das necessidades da área médica. O restante tem que ser importado. E quando ele pára para conserto, recarga ou vistoria, a nossa importação passa a ser de 100 por cento”, comenta Wirtton Palermo.

INSUFICIENTE

Fazendo uma análise do crescimento da medicina nuclear no País, o presidente da SBBMN disse que nos seus primeiros cinco anos o reator do Ipen atendeu às necessidades nacionais, mas à medida em que crescia a demanda, foi ficando insuficiente, determinando assim o processo de importação dos radioisótopos.

“Precisamos hoje de

reatores de potência, que mantenham uma escala de produção industrial para atender à demanda nacional. Isso vai baratear muito o tratamento pela medicina nuclear que assim poderá ser acessível a uma parcela bem maior da população. Por isso não aceitamos essa proibição que nos levará ainda mais para a defasagem tecnológica, que vai nos atrasar mais uns 20 anos em relação aos grandes centros médicos do mundo”, acrescenta Wirtton Palermo.

“Os médicos brasileiros, em todos os setores, cardiologistas, cirurgiões gozam de conceito internacional porque usam das técnicas mais modernas e sofisticadas, mas nós, da área nuclear, não temos material para trabalhar”, lamenta o presidente da sociedade. A dependência tecnológica, segundo ele, encarece o tratamento e por isso a medicina nuclear é vista como um tratamento de elite. Mas isso poderia ser mudado se o País pudesse produzir os radioisótopos de que precisa e também os equipamentos usados para tratamento e diagnóstico.

Existem hoje no Brasil 220 médicos especializados na área, que atuam em mais de 100 clínicas que se concentram principalmente no eixo Rio-São Paulo, mais Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Brasília. O principal problema do setor é justamente o alto custo dos isótopos importados, que, como vêm de longe, têm sua propriedade reduzida.

Anestesista quer manter saúde privada

“O poder público pode intervir, desapropriar ou expropriar os serviços de natureza privada, necessários ao alcance dos objetivos da política nacional do setor”. Esta frase autoritária consta como artigo do relatório da Subcomissão de Saúde da Assembleia Nacional Constituinte, que é, sem dúvida, a mais clara revelação de intenções dos srs. constituintes, quanto ao futuro que se deseja para a área de saúde pública brasileira. Alcançar a socialização total da saúde é o objetivo final, afirmou Guilherme Reis, presidente da Sociedade Brasileira de Anestesiologia, entidade que reúne 5 mil médicos especialistas neste país.

PSEUDODEMOCRACIA

“Este Congresso — SBN — cujo plenário foi propositalmente montado de modo a não conceder espaço aos representantes da medicina liberal, através de manobras pseudodemocráticas, aprovou uma proposta final altamente contrária aos interesses da maioria da classe médica brasileira, que ainda se caracteriza pela prática de uma medicina liberal. Mais uma vez uma minoria impõe-se sobre o desejo da maioria. O Estado não é, positivamente, o melhor gestor da saúde. Quem se propôs a gastar algo em torno de 40 dólares anuais/habitante/ano, não pode ser levado a sério como zelador da saúde e que tradicionalmente, tem demonstrado não possuir capacidade gerencial sobre qualquer setor da vida pública nacional, sobretudo na área específica da saúde”.